

Lino Augusto Tavares Dias *

Contributo para a análise do ordenamento romano do território marginal do rio Douro

Atendendo a que há algum tempo temos vindo a realizar investigação com o intuito de analisar o ordenamento romano de algumas zonas da *Gallecia*, propusemo-nos, para este Encontro, observar o território marginal do rio Douro, entre os rios Tâmega e Corgo no período entre o século II e o V d.C..

Estrabão (III, 3, 3-4) diz-nos que o rio Douro «... é navegável por barcos de grande porte num curso de cerca de 800 estádios» e Leite de Vasconcelos (1905, 29) refere que o rio Douro «desde que nasce até à sua foz, anda uma extensão de 1370 estádios, sendo navegável no percurso de 800». Este percurso navegável corresponde à distância entre a Foz e o Cachão da Valeira, obstáculo natural destruído só em 1792.

Mais difícil é traduzir o conceito de «barco de grande porte» devido à falta de evidências ou testemunhos arqueológicos.

Pelos textos apontados não depreendemos qual a importância que o rio Douro tinha para os romanos, nomeadamente no seu possível aproveitamento como via facilitadora da circulação de pessoas e produtos. A referência de Estrabão podia ter-se baseado tão só em informações de qualquer viagem exploratória realizada por militares romanos, não atribuindo qualquer outra importância ao rio.

Estudos recentes feitos para a Gália (Izarra, 1993: 174) apontam que os barcos romanos de grande porte eram aqueles para quem o vento era o principal meio de propulsão. Apesar da falta de evidências no rio Douro, parece-nos fácil de aceitar a hipótese dos romanos o terem usado em navegação de penetração a partir da foz e até de cabotagem, aproveitando o vento principalmente para a subida do rio, o mesmo acontecendo com o rio Tâmega.

A investigação feita para a Gália (Izarra, 1993: 174-6) concluiu também que as embarcações preparadas para a navegação oceânica penetravam ao longo dos rios, o que se poderia justificar pelos custos das cargas e descargas.

Desde finais do século I, este espaço entre o Tâmega e o Corgo estava quase na totalidade integrado no *territorium* de *Tongobriga*.

* Arqueólogo do IPPAR. Doutorado em Arqueologia (Universidade do Porto).

Tongobriga era a cidade romana, capital de *civitas*, construída em finais do século I (depois de Vespasiano) e meados do século II, com todas as estruturas urbanas como o *Forum*, Termas, Basílica, Teatro, Circo e amplas áreas habitacionais que acolhiam uma população de cerca de 2500 pessoas. As ruínas desta cidade foram exumadas pelas escavações arqueológicas que se realizam desde 1980 em Freixo, Marco de Canaveses.

A identificação desta capital de *civitas* e a eventual reconstituição do seu território, sabendo nós que estes eram os elementos mais importantes na administração política e administrativa romana, são fundamentais para a compreensão das formas e do tipo de ordenamento que os romanos fizeram na região, demonstrando, ainda, que houve uma forte estratégia de usufruto do espaço que passou pela construção de cidades «ex nihilo» como *Tongobriga*, pela construção de estruturas viárias e pela instalação de estruturas agrícolas clássicas semelhantes a tantas outras existentes no Império.

Podemos afirmar que no século II d.C. esta região estava plenamente integrada na economia do Império, apoiada numa intensa circulação de produtos e de intercâmbios comerciais.

A investigação desenvolvida permite-nos propor alguns limites geográficos para o *territorium* desta *civitas*, entre os quais o rio Douro é o de mais fácil apreensão, na medida em que, à data, separava administrativamente a Galécia da Lusitania. Os limites deste *territorium* a Norte, Nascente e Poente são mais difíceis de determinar, embora se apontem hipóteses com bases documentais (Moreira, 1973: 31-2) que serviram para elaborar o esquema gráfico anexo, correspondendo a um polígono irregular cujos vértices eram ocupados pelos *vici* situados em Várzea do Douro (Marco de Canaveses), Santa Marinha do Zêzere (Baião), Meinedo (Lousada), Gatão e Lomba (Amarante).

Na tentativa de reconstituir o ordenamento deste território marginal do Douro em análise, caracterizamos as estruturas romanas em urbanas – a cidade e os *vici*; rurais – aldeias, *villae* e casais. Para além das urbanas e rurais identificam-se as *mansiones*, estas como estruturas de apoio aos viajantes que percorriam as estradas da região.

1. AS OCORRÊNCIAS ARQUEOLÓGICAS

1.1. Urbanas:

Várzea do Douro (1)

13.07.282 Porto, Marco de Canaveses, Várzea do Douro
29TNF616470; 114m (Alto das Penegotas)

Vicus com «porto» fluvial.

Ocupando todo o espaço numa curva saliente do rio Douro, os vestígios romanos são numerosos, desde a margem do rio (alt. 45m), onde as condições de acostagem eram boas, até aos pontos de cota mais elevada. Este *vicus* servia naturalmente como *mansio*, situado sobre a margem direita do rio Douro. Como em *Tongobriga*, também aqui os afloramentos foram talhados para servirem como alicerce das casas de planta circular, o que é observado nas zonas mais altas. Num destes pontos mais elevados, onde hoje se encontra a Igreja Nova (lugar da Pena, Monte da Lapeira – 29TNF616472, 100m), foram recolhidas moedas do século I e II (Lanhas e Brandão, 1967: 56-57; Centeno, 1987: 154), datadas: uma de 2 a.C.-14 d.C. e quatro entre 117 e 192 d.C.

Nas plataformas que da meia encosta se aproximam da margem do rio, os vestígios de construções romanas e achados¹ são frequentes. Fizemos escavação numa estrutura redonda de habitação junto do Cruzeiro (29TNF617467; 110-104m), actualmente mais conhecida por «estrada nova do areio». Também na Quinta da Rua de Várzea (29TNF613466; 50m) foi feita escavação arqueológica que permitiu identificar muros de características romanas, fustes, capitéis e bases de colunas. Em ambas as escavações, foi recolhida, nos níveis de ocupação, sigilata clara C do século III.

Em Várzea do Douro, poderia ter existido um *vicus* importante (Alarcão, 1988: 91) em que as terras férteis e o rio permitiam boas condições de habitabilidade e facilidade de comunicação fluvial. Acresce que aqui terminava o troço de estrada que provinha de *Tongobriga* e que seguia ao longo da margem esquerda do rio Tâmega. Em frente a este *vicus*, na margem esquerda do Douro, registamos a continuação da via pelo vale do rio Paiva e também ao longo da margem para oeste.

Alarcão, 1988: 92; Brandão, 1960 (b); Lanhas e Brandão, 1967; Mantas, 1990: 231; Silva, 1992: 165-172; Tranoy, 1984: 271.

Referenciadas como tendo sido recolhidas em Várzea do Douro, há 10 inscrições:

1. Inscrição funerária (desaparecida)

Texto:

D(is). M(anibus). S(acrum) / AOVIC. M/ I—|

Brandão, 1962: 23-51; Lanhas e Brandão, 1967: 34-5; Encarnação, 1984: 206.

2. Inscrição funerária – século III (?) – granito (em depósito no Museu do Seminário – Porto)

1 LOBO, Mário, jornal *O Marcoense*, 18 Julho 1936, 165, Marco de Canaveses, 9-10.

Texto:

[—DM]S(*acrum*)/ FABIVS/CAPITON/IS. AN(*norum*). LXX/ H(*ic*). S(*itus*). E(*st*).
CAP/ITO.ET. PAT/ ERNA. FILII/PIENTISS/IMI/F(*aciendum*) |——|

Brandão, 1960: 187; Lanhas e Brandão, 1967: 26; Encarnação, 1984: 205.

3. Inscrição funerária – granito, século III (?) (em depósito no Museu do Seminário – Porto).

Texto em dois campos epigráficos:

a) [D(*is*)M(*anibus*)S(*acrum*)]

b) P O M PE/I V S M A T /E R N I A N /V S A N(*norum*). X X/H(*ic*). S(*itus*).
E(*st*)P O M (*peia*). A L /B V R A/F I L I O/F(*aciendum*). C(*uravit*)

Brandão, 1960: 190; Encarnação, 1984: 205; Lanhas e Brandão, 1967: 24.

4. Inscrição funerária – granito, século III (em depósito no Museu do Seminário – Porto).

Texto:

—————/—————MA]/RITOP/ENTISSI/MO.TI/TVLVM/F (*aciendum*).
C(*uravit*)

Brandão, 1960: 193; HAE: 2125; Lanhas e Brandão, 1967: 25, 2; Encarnação, 1984: 205.

5. Inscrição funerária – granito, século III, recolhida em 1956 na Quinta da Rua de Várzea (em depósito no Museu da Sociedade Martins Sarmento – Guimarães)

Texto em dois campos epigráficos:

a) D(*is*)M(*anibus*)S(*acrum*)

b) FLAVO/SVTOR/ITETV/DVM/POSV/[IT—————/—————]

Brandão, 1961: 139; Lanhas e Brandão, 1967: 31.

6. Inscrição funerária – granito, século III – encontrada em Janeiro de 1960 (em depósito no jardim da Casa Paroquial de Várzea do Douro)

Texto:

PROC/LVSP/OSVET/CORV/NIO/AN(*norum*)/L X X X V

Brandão, 1960: 194; HAE: 2126; Lanhas e Brandão, 1967: 27; Encarnação, 1984: 204.

7. Inscrição funerária – granito, século III – encontrada perto da Igreja (em depósito no Museu de Etnografia e História – Porto)

Texto em dois campos epigráficos:

a) D(*is*).M(*anibus*).S(*acrum*)

b) PROCV/LEIEBLO/ENEDO/MNVL/EAN(*norum*)/XXXXH(*ic*)/S(*ita*)E(*st*)/FI/LI(*i*)
PIE/N(*tíssima*) F(*aciendum*)C(*uraverunt*)

Brandão, 1959: 412; Brandão, 1961: 135-140; Lanhas e Brandão, 1967: 29,5; Iler: 6789.

8. Inscrição funerária – granito, século III – encontrada no lugar da Pena (em depósito no Museu do Seminário – Porto)

Texto em dois campos epigráficos:

a) D(*is*).M(*anibus*).S(*acrum*)

b) PROCV/LEI(a)EFLAVI(a)/EAN(*norum*)LII/PROCVLE/[.]FLAV/—————

Brandão, 1959: 411-16; Lanhas e Brandão, 1967: 30-36; Encarnação, 1984: 204, 3.

9. Inscrição religiosa – granito (em depósito desde 1887 no Museu da Sociedade Martins Sarmiento).

Texto:

TAMEOBRIC/POTITVS/CVMELI/VOTVM/PATRIS/S(*olvit*). L (*ibens*). M (*erito*)
CIL II: 2377; Vives, 1972: 931; Guimarães, 1901: 50; Vasconcelos, 1905: 319;
Blazquez, 1962: 190; Lanhas e Brandão, 1967: 32-33, 9; Encarnação, 1970:
235; Encarnação, 1975: 276-280; Tranoy, 1981: 277; Garcia, 1991: 348-349.

Santa Marinha do Zêzere – QUINTA DE Guimarães (2)

13.02.159 Porto, Baião, Santa Marinha do Zêzere

29TNF892541; 270m

Vicus.

No final do século XIX foi aqui encontrada uma necrópole de inumação, cujo espólio cerâmico dos grupos 3A e 4 está em depósito no Museu Nacional de Arqueologia, nº 1436. No entanto, a geomorfologia dos terrenos e os achados dispersos permitem afirmar que o *vicus* se instalou nas encostas férteis, bem irrigadas, com bom índice solar e protegidas dos ventos do vale do rio Douro. É nestas encostas que se identifica o topónimo *Belga*.

Almeida Fernandes (1968: 80) situa em Santa Marinha de Zêzere a sede da Paróquia *Melga* (Vasconcelos, 1889: 179 ; Brandão, 1960: 486-487; Alarcão, 1988: 29).

Este *vicus* desenvolveu-se na base da encosta do castro de Barreiro (29TNF879552; 403m) (Cardozo, 1962: 148-149; Silva, 1986: 87; Vasconcelos, 1905: 286-287; Vasconcelos, 1889: 178; Vasconcelos, 1908: 672; Vieira, 1887: 461).

Parte do espólio está depositado no Museu da Sociedade Martins Sarmiento. O espólio no Museu Nacional de Arqueologia, referenciado com o nº 485, Santa Marinha do Zêzere, poderá ser deste castro.

Nas proximidades, em Santana (29TNF868555; 570m), foi recolhida uma inscrição funerária e outra inscrição indeterminada.

Brandão, 1960: 485-490; Alarcão, 1988: 29.

Textos:

Funerária

D. MS / CEL. FIA / VINE / AN. LXX. / FILIAMA / TRIP. P

Indeterminada

[.....]A V[...] F[.....]

Na proximidade deste *vicus* identifica-se ainda no lugar do Castelo (13.02.043 Porto, Baião, Frende; 29TNF893532; 158m) um sítio provavelmente com utilização estratégica/militar/policial, controlando o rio Douro (Almeida, 1975) tanto mais que se situa no topo sudoeste do vale marcado pelo rio Teixeira, que se estende até aqui, desde Amarante, facilitando a circulação de pessoas e mercadorias. Estava instalado praticamente sobre o limite do território da *civitas* com capital em *Tongobriga*. Este lugar integrava o conjunto de povoados existentes naquele sopé do Marão, instalados em torno de Santa Marinha do Zêzere.

Uma escultura, *ex-voto*, em granito ali recolhida, está em depósito no Museu Nacional de Arqueologia (Souza, 1990, 52).

Machado, 1920: 241-270; Cardozo, 1972: 150; Acuña, 1974: 32-34; Almeida, 1974: 29-39; Alarcão, 1988: 29; Souza, 1990:52.

Para além destes *vici* poderemos apontar estruturas em locais de particular importância por servirem como complemento às vias, nomeadamente povoações cuja importância lhes era dada por terem *mansiones* e *mutationes*, de que salientamos as seguintes:

Mosteirô (Quinta de) (3)

13.02.019 Porto, Baião, Ancede

29TNF789499; 110m

Aqui poderia ter existido um povoado romano, com *mutatio* e hospedaria, situada estrategicamente próximo da margem direita do rio Douro, apoiando a travessia do rio na zona de Porto Manso, na margem direita, para Porto Antigo, na margem esquerda, ligando à estrada que subia o vale do rio Bestança. Foi aqui recolhida uma Ara a Júpiter (CIL, II, 5567).

Texto:

I O V I / N I S P R O / E X V O T O

Sarmento, 1887: 187; Sarmento, 1888: 11; Sarmento, 1933: 310-312; Vasconcelos, 1908: 669-672; Vasconcelos, 1889: 178; Vasconcelos, 1895: 35; Vasconcelos, 1913: 477; Vieira, 1887: 452; Vives, 1972: 143; Tranoy, 1981: 317; Garcia, 1991: 397.

Porto Manso (4)

13.02.124 Porto, Baião, Ribadouro

29TNF774501; 209m

Castro com muralhas e fosso, servido por estrada.

Situado num ponto saliente na paisagem e sobre o rio Douro, podia ter com este uma relação privilegiada, apesar da encosta, virada ao rio, não permitir a exploração agrícola ou a construção como em Várzea do Douro.

A estrada lajeada e de boa construção vinha da zona de Ancêde, ladeava o castro e descia pela encosta da margem esquerda do rio Ovil, que atravessava por ponte, descendo até à margem direita do rio Douro. Poderia ter existido aqui o povoado com *mutatio* e hospedaria, embora seja difícil de entender a duplicação de estruturas com a apontada para a Quinta de Mosteirô. O porto abrigado, como o seu nome indica, poderia ter servido como local de acostagem para os barcos que subiam e desciam o rio. Já na margem esquerda do rio Douro, a via subia ao longo do vale do rio Bestança, permitindo a penetração para Sul, pela serra de Montemuro.

Vasconcelos, 1908: 669-670; Vieira, 1887: 452; Silva, 1986: 87.

2.1. Rurais**Campo dos Mouros (5)**

13.07.010 Porto, Marco de Canaveses, Alpendurada

29TNF638483; 170m.

Casal.

Lanhas e Brandão, 1967: 52.

Casas Novas (6)

13.07.010 Porto, Marco de Canaveses, Alpendurada

29TNF639494; 240m

Villa e necrópole de inumação com cerâmica e duas moedas de Constante e Constâncio.

CRUZ, 1948; Lanhas e Brandão, 1967: 52; Alarcão, 1988: 3 /3.

Outeiro (7)

13.07.010 Porto, Marco de Canaveses, Alpendurada

29TNF638488; 150m

Villa. Mós rotativas foram recolhidas por Lanhas e Brandão, 1967: 52.

Eirozes (Tapada das) (8)

13.07.029 Porto, Marco de Canaveses, Ariz

29TNF659528; 200 m

Necrópole de incineração de *villa*.

O espólio está em depósito no Museu Nacional de Arqueologia onde deu entrada em Maio de 1902, constituído por cerâmica comum dos grupos 5, 5A, 5D, 6, 9, 10 e 12 (DIAS, 1995; 1995c).

Como acontecia com o castro de Arados e a necrópole situada em Fraga, a *villa* a que pertenceu o cemitério de Eirozes era servida pela estrada que seguia ao longo da margem esquerda do Tâmega, ligando *Tongobriga* a Várzea do Douro.

O Comércio do Minho, 19 Abril 1902.

Fraga – Feira Nova (9)

13.07.010 Porto, Marco de Canaveses, Alpendurada

29TNF666521; 293 m

Necrópole de incineração de *villa*, século IV.

O espólio está em depósito no Museu Nacional de Arqueologia, onde deu entrada em Maio de 1902, constituído por cerâmica comum dos grupos 1A, 3A, 4, 5, 5A, 6, 7A, 9, 10, 10A, 10B, 11A, 12, 13 e 13A (Dias, 1995; 1995c).

A *villa* a que pertenceu este cemitério, que certamente lhe estava próximo, era servida pela estrada que seguia ao longo da margem esquerda do Tâmega, ligando *Tongobriga* a Várzea do Douro.

O Comércio do Minho, 19 Abril 1902; Vasconcelos, 1913: 372; Alarcão, 1988: 28.

Este conjunto de vestígios surge em torno² do castro de ARADOS (13.07.010 Porto, Marco de Canaveses, Alpendurada; 29TNF650501; 480m (marco geodésico no Monte de Santiago – Alto de São Tiago).

² Foram também identificadas em Alpendurada (13.07.010 Porto, Marco de Canaveses, Alpendurada; 29TNF643483; 130m) inscrições religiosas encontradas num muro e num lagar do mosteiro de Alpendurada. Julgamos que são inscrições ali depositadas após a fundação daquele convento Beneditino e provenientes de outros locais:

1. Inscrição religiosa, hoje perdida.

Texto:

IOVI/OPTIMO/MAXVMO/FLAVVS/COROL/LEAE . F(ilius) /V(otum) . S(olvit) . L(ibens) / M(erito)
CIL II2376; Brandão, 1962: 23-51; Lanhas e Brandão, 1967: 34; Vives, 1972: 136; Tranoy, 1981: 317. Esta inscrição é referida por José Garcia (1991: 396) como proveniente de Várzea do Douro, freguesia vizinha de Alpendurada.

2. Inscrição imperial, provável lintel de templo, em granito, dedicada por um imperador júlio – claudiano, durante a 1ª metade do séc. I d.C., «podendo mesmo ser dedicada a Augusto» (Garcia, 1991: 498). Actualmente depositada no jardim do Museu Municipal de Marco de Canaveses.

Texto:

[—]TRIBVNICIA POT]ESTATE PONTIFI[CI MAXIMO...]/[—SA]CRVM. BRACARI[—]
Silva, 1984: 47; Garcia, 1991: 498.

O castro está delimitado por três muralhas. Este espaço castrejo não teve certamente qualquer importância para a política romana de ordenamento do século II, mas a região envolvente tinha solos de qualidade, propiciando intensa ocupação.

Fora destas muralhas, as encostas do monte de Santiago estão divididas de acordo com eixos ortogonais (Sudoeste/Nordeste e Sudeste/Noroeste). Esta divisão poderá fazer pensar que a encosta e o sopé eram vistos como um conjunto. Poderia a encosta garantir a pastorícia e o abastecimento de madeira. As terras do sopé, irrigadas naturalmente, garantiam os produtos para a alimentação.

Na base do monte, entre este e o rio Tâmega, passava a estrada que provinha de *Tongobriga* e ligava a Várzea do Douro.

Aguiar, 1947: 63-64; Almeida, 1978: 29; Azevedo, 1896: 258; Azevedo, 1898: 199-200; Azevedo, 1941: 2-3; Costa, 1706: 397; Lanhas e Brandão, 1967: 12-13; Mattoso, 1962: 3; Ponte, 1984: 111-114; Silva, 1986: 86; Silva, 1992: 23-38; Vasconcelos, 1905: 79-80; Vasconcelos, 1914: 16; Vieira, 1887: 500.

Esmoriz (Quinta de) (10)

13.02.019 Porto, Baião, Ancede

29TNF786523; 295m

Embora só se registem achados dispersos, o local tem óptima situação na encosta virada ao vale do rio Douro e boas condições geomorfológicas para aí ter existido uma *villa* ou uma aldeia.

Ancede (11)

13.02.019 Porto, Baião, Ancede

29TNF793508; 310m

Neste local foi identificada uma inscrição funerária, o que não nos permite adiantar qualquer interpretação para aquele sítio, apesar de ser um espaço com boas condições de habitabilidade.

Fortes, 1907: 289-290; Vasconcelos, 1913: 421, fig. 201; Barroca, 1984: 118.

Campo epigráfico 64 x 36,5.

Texto em maiúsculas:

IFILAVIN/VS. PERE/CRINI. F (*ilius*)/ANORVM XX/HIC. SEP/VLSVS TO/!...! PO

Ermêlo (Igreja Velha) (12)

13.02.019 Porto, Baião, Ancede

29TNF815506; 165m

Esta necrópole, de que se conhecem quatro sepulturas e *tegulae*, poderia pertencer a uma *villa* que existisse naquele espaço com boas capacidades para aproveitamento agrícola e muito bem situada.

O espólio cerâmico dos grupos 9, 11A e 12 (Dias, 1995; 1995c), que se encon-

tra em depósito no Museu Nacional de Arqueologia, com o nº de inv. 1435, poderá pertencer a esta necrópole.

Vasconcelos, 1908: 669-672; *Jornal de Baião*, 48, 28 Nov. 1892.

Gestaço (13)

13.02.051 Porto, Baião, Gestaço

29TNF890588; 675m

Villa situada junto da via que ligava o vale onde encontramos, por exemplo, Bustelo e Carvalho de Rei, à região de Santa Marinha de Zêzere. Foi recolhido um tesouro de moedas do século IV.

Hipólito, 1961: 48; Alarcão, 1988: 29.

Loivos da Ribeira (14)

13.02.094 Porto, Baião, Loivos da Ribeira

29TNF908559; 250m

O local do achado da Necrópole poderia, pelas suas potencialidades agrícolas, integrar uma *villa*.

Cerâmica comum dos grupos 3A e 7A (Dias, 1995; 1995c), está em depósito no Museu Nacional de Arqueologia, com a referência 1437.

Paçal (15)

13.02.132 Porto, Baião, Santa Cruz do Douro

29TNF837524; 230m

Villa. Telhas, cerâmica, mó, moeda romana encontradas junto da Igreja de Santa Cruz do Douro³. No Museu Nacional de Arqueologia (nº Inv. 1439) encontra-se uma peça de cerâmica comum do grupo 11(DIAS, 1995; 1995c).

Vasconcelos, 1908: 671.

Bairral (16)

13.02.140 Porto, Baião, Santa Leocádia

29TNF771526; 375 m

Aldeia. Ara a «Iuppiter Optimus Maximus» e necrópole de inumação dos séculos III e IV.

³ Em Santa Cruz do Douro existem ainda três castros, cuja ocupação residual poderia ter continuado no período romano. Mantel (13.02.132 Porto, Baião, Santa Cruz do Douro, 29TNF843539; 515m). Castro fortificado com muralhas e fosso. Espólio no Museu Nacional de Arqueologia (nº inv. 400) (Vieira, 1887: 460; Vasconcelos, 1889: 177; Vasconcelos, 1908: 671; Silva, 1986: 87). Fieis de Deus (13.02.132 Porto, Baião, Santa Cruz do Douro; 29TNF824542; 709 m), onde foi recolhida cerâmica de construção e doméstica (Vieira, 1887: 449; Vasconcelos, 1908: 671; Alarcão, 1988: 29) e o de PRAM (29TNF826527; 406m) (Vasconcelos, 1908: 671).

Texto:

IOVI / O(*ptimo*) M(*aximo*) / FL(*avius*) FR(*onto*) / EX VOTO LIB(*ens*)

Vasconcelos, 1905: 379; Severo, 1907; Brandão, 1960: 78; Sousa, 1967: 181-196; Vives, 1972: 120; Barroca, 1984: 116-136; Alarcão, 1988: 29; Tranoy, 1991: 316; Garcia, 1991: 397.

A cerâmica comum dos grupos 11 e 12 (Dias, 1995; 1995c) da necrópole de Santa Leocádia está depositada no Museu Nacional de Arqueologia (nº inv.1438), e a ara no Museu do Seminário Maior do Porto.

3.1. Vias

A rede viária que identificamos na *civitas* ligava a capital a vários pontos do território embora o *Itinerário* de Antonino não faça nenhuma referência a estradas romanas na região em estudo. Das estradas que referenciamos, as evidências arqueológicas não permitem propor qualquer classificação como principal ou secundária. Quanto à construção, todas elas apresentam estruturas de construção idênticas, misturando os troços empedrados com os de terra batida.

Há, no entanto, que salientar a estrada que ligava duas capitais, *Bracara Augusta* a *Emerita Augusta*, notoriamente uma via estratégica e de interesse inter-provincial. As outras vias seriam de interesse regional, embora consideradas vias públicas (*itinerata publica*) e não de interesse privado (*uiae uicinales*), pois atravessavam várias zonas, ligavam povoações e serviam diversas *villae*.

1. *Bracara Augusta* a *Emerita Augusta* (troço *Bracara Augusta* – *Tongobriga*)

Para o troço *Bracara Augusta* a *Tongobriga* são apontados vários possíveis traçados. Deste identificámos, com nº 1, o troço Braga, S. Martinho de Sande, Vila Fria, Vizela, Estrada, Refontoura, Lixa, Figueiró, Pidre, atravessava a actual povoação de Pimpinela, percorria a base do castro de Banho pelo lado Oeste, Carreira Chã, Torre, descendo pelas freguesias de Banho e Carvalhosa em direcção ao vale do rio Odres, Póvoa, seguia a Constance, Canaveses, onde atravessava o Tâmega por ponte, seguia a Tuías e *Tongobriga*.

Em Tuías foi recolhido um marco:

Miliário de Tuías – Valentiniano e Valente (364-375)

Pelo local onde foi encontrado, poderia sinalizar a última milha antes de atingir *Tongobriga*. Estaria a cerca de 1.472,5 metros de distância, na via que passava junto do circo daquela cidade.

2. *Bracara Augusta* – *Magnetum* – *Tongobriga*

Identificámos com o nº 2 a via Braga, S. Martinho de Sande, Caldas das Taipas,

Caldas de Vizela, Meinedo. Aqui bifurcar-se-ia, uma para Monte Mozinho, outra para *Tongobriga* (Alarcão, 1988, 91). Esta via que provinha de Meinedo seguia pela margem direita do rio Tâmega, mas também ligava com a que atravessava o vale de Croca que seguia até Quires, Bidebasta, Boriz, Pedras, Arvio, Torre, Avedada, Penides, S. Pedro, Rua, Canaveses.

Pelos vestígios que existem das vias nº 1 e 2, confirma-se que se juntavam no lugar de Rua, nas proximidades da ponte em Canaveses.

3. *Bracara Augusta* a *Emerita Augusta* (troço de via *Tongobriga* – Aregos) Estrada de interesse interprovincial.

Parte do troço que confirmamos entre *Tongobriga* e Aregos passava sucessivamente por *Tongobriga* – Soalhães – Ladário – Outeiro (Alt. 430m) – Lugar do Castro (Alt. 380m) – Mesquinhata (Alt. 400m) – Casal – Geguintes – Carreirinha – Passadouro – Loureiro – Ponte de Gove. Daqui poderiam derivar três troços. Um seguia por Portela – Vale de Coelho – Senhora das Boas Novas – Venda – Caldas de Aregos. Outra seguia a Ancede e Porto Manso. O terceiro iria por Vila Monim – Cedofeita – Senra – Tomé de Covelas – Outeiro – Lama Susa – Barreiro – Santa Marinha do Zêzere.

Deste percurso conhecem-se 3 marcos:

Miliário de Freixo (*Tongobriga*) – século III/IV d.C.⁴

Saindo de *Tongobriga* a caminho da ponte que atravessava o rio Tâmega em Canaveses, encontramos também um miliário.

Foi visto ainda junto da Igreja em 1882 e posteriormente mutilado (Vasconcelos, 1916: 324). Partes deste marco, sem qualquer inscrição, foram encontradas em Dezembro de 1992, nos alicerces, aquando das obras de recuperação de uma casa para instalação da sede da Escola Profissional de Arqueologia.

Texto em maiúsculas:

INVICTO / AVG.P.M / TRI.P.P.P.

Sarmento, 1889: 236-238; Capela, 1895: 247; Vasconcelos, 1916: 324; Vasconcelos, 1935: 3; Tranoy, 1981: 394.

Miliário de Soalhães – Marco de Constantino II, 337-340, indica a milha 8 (Cortez, 1951: 17-58; Alarcão, 1988: 29).

A milha corresponderá a 1.472,5/1480 metros⁵, distância que seria percorrida

⁴ Sarmento, 1889-1889: 236-238; Capela, 1895: 247; Vasconcelos, 1916: 319-325; Vasconcelos, 1935: 3; Monteiro, 1955; Dias, 1980: 13; Tranoy, 1981: 393-394.

⁵ Distância apontada por alguns autores (Hervas, 1971: 22), (Tranoy, 1981: 206), (Tabula Imperi Romani, 1991) como 1480 metros e por outros (Colmenero, 1976: 31-43) como 1660 metros. Para a região em estudo partilhamos a opinião dos que apontam 1472,5/1480m, pois não há razão para que a milha tivesse um valor diferente no Noroeste.

com 1000 passos. Freixo está actualmente, por estrada, a 11,5 kms de Soalhães. Logo, 8 milhas correspondem a 11,7 kms.

Isto poderá fazer pensar que a marcação das milhas se iniciava em *Tongobriga*.

Miliário da Carreirinha – Surgiu após as invernias de 1930, no lugar da Carreirinha, entre Mesquinhata e Gôve. (Monteiro, 1945: 179-181; Figueira, 1945: 183-185; Barroca, 1984: 118; Alarcão, 1988: 29; Dias, 1989: 143-146). A que distância estará este marco do de Soalhães, pela estrada romana? É mais antigo que o de Soalhães (253-268) – Galiano. Segundo Eugénio JALHAY, data de 253-259 (Monteiro, 1948: 52). O topónimo Carreirinha sugere a via antiga.

Este miliário está depositado no Museu de Baião.

Texto:

«CAES. PVBLIO / LICINIO VALERIANO / GALIENO GERMA NICO. INVICTO PIO / FELICI. AVG. PONT. / MAXIMO. TRIB. POT. / COS. PRO. CONS. P. P.»

Este troço fazia parte da via que provinha de *Bracara Augusta* e ligava a *Emerita Augusta*. Um miliário recolhido (CIL6214) em S. Martinho de Sande – Guimarães, indica a milha 4 e data de Trajano. Se aceitarmos a construção da ponte de Canaveses também no governo de Trajano (Monteiro, 1948, 50), podemos pensar que este eixo viário foi obra do início do século II. Poderá integrar-se esta construção na intervenção antonina, normalmente com Trajano e Adriano, sentida nos tramos de maior importância estratégica para a integração da Meseta Norte (Cruz, 1992, 198) e da bacia do Douro na nova cultura. No entanto, só nos séculos III e IV ele seria marcado com miliários. Apesar de poder ser posta a hipótese de terem entretanto desaparecido outros exemplares que marcassem a mesma via, se atendermos aos quatro conhecidos e à sua localização, somos levados a pensar que foram instalados sobre a estrada principal marcando a aproximação a *Tongobriga*, quer para quem se aproximava de Sudeste (Aregos – rio Douro), quer para quem vinha de Noroeste (*Bracara Augusta* – Canaveses).

Esta via foi traçada de modo a servir não só as povoações romanas como também serviu castros que poderão ter continuado a ter um papel significativo na região. Se, no caso do castro de Solhão se poderia pensar que a estrada aproveitou um caminho antigo, no caso de Porto Manso a povoação que ali existia assistiu à construção de uma estrada lajeada segundo todas as tecnologias romanas.

Em terra batida seria todo o troço que ligava Gove, Vila Monim, Cedofeita, Senra, Tomé de Covelas, Outeiro, Lama Susa, Barreiro a Santa Marinha de Zêzere.

A ligação para Sul, depois de atravessar o rio Douro em Porto Manso ou em Aregos, era feita atravessando a serra de Montemuro, seguindo a Castro Daire e a Viseu.

4. *Tongobriga* – Arados/Várzea do Douro/rio Douro

Este caminho/via foi traçado de forma harmoniosa, procurando vencer os pon-

tos mais altos através de subidas suaves, o que só foi possível porque todo o percurso foi traçado em cotas elevadas, com o intuito de facilitar a circulação de «longo curso», descendo aos povoados através de caminhos que serviam como variantes à via principal.

Esta via tinha o seguinte percurso: *Tongobriga* – Covas – Esmoriz – Rosém de Cima (vale de Rósem) – Alto do Confurco – Chentadiços – Estrada – Lamoso – Golas – Vila – Requim de Cima – Requim de Baixo – Mondim – Memorial – Vista Alegre – Ventosela – Várzea do Douro/Bitetos/rio Douro.

Curiosamente, as *Memórias Paroquiais* em 1758, da Paróquia de Várzea do Douro, referem o movimento de pessoas e mercadorias que era feito através do porto de Bitetos, na segunda semana da Quaresma, especialmente motivado pela feira que era feita no Freixo durante 4 ou 5 dias. Sabemos que esta feira ainda se fazia em 1886. Certamente que o movimento de pessoas e mercadorias far-se-ia ainda, desde aquele porto fluvial até ao Freixo, através desta estrada.

O território de *Tongobriga* era ainda atravessado por outras vias, as quais não referimos por não terem ligação com as terras marginais do rio Douro.

2. ANÁLISE DE RITMOS DE POVOAMENTO

A região a Norte do Douro, definitivamente integrada no Império Romano na época de Augusto, poderá não ter sido organizada de imediato em *civitates*. Com o decorrer do século I e os progressos da romanização no tempo dos júlio-cláudios, foi possível o reordenamento flaviano que introduziu nesta região aquele regime político-administrativo. Como noutras zonas do Império (Whittaker, 1990: 110-118), também nesta região continua problemático o conceito de *vicus* e *civitas*, quer no seu estatuto jurídico-administrativo, quer no verdadeiro e real papel que tinham, de facto, no panorama sócio-cultural e económico.

Em 73-74, Vespasiano, lançado nas lutas políticas (Mangas, 1988: 299), concede o *ius Latii* a toda a Península, mas a implantação político-administrativa estava ainda «gradualmente» em curso, como prova o *terminus augustalis* (97-98 d.C) encontrado em Goujoim (Silva, 1982: 93-94).

Na região que estudamos, não se conhece o tipo de ocupação que os castrejos faziam dos solos com aptidão agrícola, mas, independentemente disto, parece-nos claro que, na época romana, a ocupação se fez seguindo os modelos que lhe eram vulgares, quer na perspectiva estrutural, quer na económico-financeira, tanto mais que se estava perante aquilo que Greg Woolf (1990, 45) chama periferia abastecedora de produtos e contribuinte com impostos.

Apesar do papel importante das cidades de então de que era exemplo *Tongo-*

briga, a terra era a principal fonte de riqueza e, mesmo quando esta se manifestava no meio urbano, a maioria, se não a generalidade, provinha do meio rural e da produção agrícola, reforçando a ideia de que era o campo que estruturava o centro e não este que estruturava o território (Balil, 1987). Se perspectivada exclusivamente segundo a vertente económica, encontramos uma relação entre cidade e campo algo desequilibrada, chegando mesmo a apontar-se o exemplo da «cidade de consumo» em oposição ao campo produtivo (Duby, 1980: 16).

Muito apoiadas nas rendas que provinham da terra, as cidades como *Tongobriga* e *Aquae Flaviae* (Le Roux e Tranoy, 1984: 206-207) tinham um papel estruturante no território, numa perspectiva jurídico-administrativa, já que, para além de poderem servir como ponto de apoio dos *vici*, e também dos *castella*, eram indispensáveis para capitalizar o desenvolvimento da «romanização», a qual, fazendo profundas alterações nos sistemas económicos e sociais, implicava também mudanças profundas na paisagem, muito sentidas na alteração do coberto vegetal e sedimentar.

Embora algumas das melhores terras já estivessem certamente ocupadas, na época romana, numa primeira fase, ocupar-se-ão terrenos ainda livres e recuperar-se-ão outros para a prática agrícola; ter-se-á implantado um sistema de ordenamento da terra que poderá não ter passado por sistemas fixos ou uniformes, já que geomorfologicamente a região não facilita a instalação de sistemas rígidos. Registamos ocupação concentrada nas zonas de Alpendurada e Várzea do Douro, na zona de confluência do Tâmega com o Douro. Daqui até Paços de Gaiolo, Pala e foz do rio Ovil, a encosta abrupta sobre o Douro não facilitava a instalação de estruturas agrícolas. Depois, sucedem-se *villae* em Ancede, Santa Cruz do Douro, Santa Marinha do Zêzere, Loivos da Ribeira e Gestaçõ.

Ao analisarmos a expansão da ocupação nos terrenos próximos dos castros e do seu próprio dinamismo (Almeida, 1986, 163), haverá que considerar duas situações: a expansão urbana e a rural. A urbana, como no caso de *Tongobriga*, deu-se através da forte adaptações de espaços para implantação de novos edifícios; a expansão rural, especialmente dos castros, deu-se para terras próximas, quer situadas no sopé quer um pouco mais distantes mas ligadas visualmente. Salientamos o exemplo do castro de Solhão (Soalhães, Marco de Canaveses) em que essas terras de sopé são ainda hoje conhecidas por «vale trajana». Algo de semelhante pode ser observado ao longo dos espaços do vale, rico em água, que se estende de Mesão Frio (308m) a Loivos da Ribeira (350m), Loivos do Monte (796m), Ribeira de Carneiro (650m), Padornelo (250m), Amarante (200m) e Ladário (430m). Aqui se denota uma intensa ocupação humana e plena continuidade do uso dos terrenos. Este fértil vale, com intensa ocupação, foi atravessado por estrada romana por onde, provavelmente, era também encaminhado o minério explorado no Marão, com destino às zonas acostáveis do rio Douro, o que poderá

ajudar a compreender a quantidade de vestígios arqueológicos identificados ao longo deste vale e, em especial, em Gestação, Santa Marinha de Zêzere, Loivos da Ribeira e em Frende.

A qualidade dos solo agrícolas justificará também a concentração humana na região de Alpendurada.

Deste comportamento dos séculos I e II⁶, resultou a solidificação de alguns núcleos de habitações construídas junto dos campos de cultivo. É natural que estas novas habitações, contruídas com fins estritamente estratégicos para estarem próximas das terras que diariamente precisam de trabalho do homem, pudessem ficar próximas, numa relação de vizinhança, de entreajuda e até de fiscalização mútua. Identificámos alguns destes sítios que denominamos «aldeias», como por exemplo em Bairral.

Porque a terra era a principal fonte de riqueza, os romanos, habituados e conhecedores do sistema de agricultura extensiva (Gorges, 1979: 79), procurariam encontrar um *fundus* que garantisse a rentabilidade desejada. O seu poder económico era suficientemente forte para abalar a economia de subsistência que então estava instalada entre a sociedade castreja. As características geomorfológicas da região obrigavam certamente à constituição do *fundus* descontínuo, usando este termo como alternativa ao *fundus* contínuo (Alarcão, 1980: 176), bem exemplificado no Alentejo.

Eram poucas as grandes cidades romanas do Império que tinham a esperança de satisfazer as suas próprias necessidades graças aos terrenos próximos que as envolviam. Reconhecemos que a história económica do Império é praticamente o relato de como dez por cento da população, que vivia nas cidades, se alimentava graças ao trabalho (Brown, 1989: 19) dos restantes noventa por cento que laborava nos campos.

Se a construção de uma cidade como *Tongobriga* comprova que a presença romana se fez através de pessoas conhecedoras das técnicas de engenharia, arquitectura, para além de bons aplicadores dos princípios estruturantes duma sociedade urbana, parece-nos claro que a mesma presença qualitativa se fez sentir na estruturação da economia agrícola.

Em *Tongobriga*, no território que envolvia esta urbe, poderíamos, já ao longo do século I, ver o desenvolvimento de uma estrutura de economia agrícola em que, ao lado dos *fundi*, continuaram a existir os terrenos de menor aptidão agrícola, mas que também eram cultivados.

Quando falamos de romanização desta região em que se integrava *Tongobriga*, temos em conta o conceito de afinidade com que Jorge Dias (1982: 127-

⁶ A proximidade entre Valadares, onde registamos moedas datadas de 101 e 55 a.C., e o vicus em Santa Marinha do Zêzere, pode fazer-nos recuar a data de influência dos romanos na região. Não temos outras referências, para além dessas moedas encontradas em 1903.

-134) justifica algumas relações entre paisagens naturais e a cultura local e regional, embora saibamos, agora, que a influência romana foi muito mais intensa e marcante nestas regiões a Norte do rio Douro, diluindo muito a dicotomia em que se apoiava na comparação com as terras do Sul.

Embora não tenhamos provas evidentes da presença de colonos na região em estudo, poderá ter-se passado algo de semelhante ao que é registado noutras regiões, como Salamanca (Frias, 1993: 183). Poderá ter sido importante a diversificação das culturas introduzidas, nomeadamente as árvores de fruto, tais como a nogueira e a vinha (Marival e Ruas, 1991: 427), a que acresce, aqui, provavelmente a oliveira. No entanto a produção de vinho não está muito documentada no Noroeste Peninsular e apesar da vulgaridade dos *dolia* que serviam para armazenamento de produtos, o reduzido número de ânforas recolhidas em escavações arqueológicas não nos permite pensar que era um produto que tivesse muita circulação na região. Em contrapartida, a produção de azeite pode ter tido um papel importante na economia local⁷, tanto mais que o azeite hispano terá sido (Domergue, 1972: 620) muito apreciado no Império a partir de meados do século I, tornando-se muito lucrativa a sua produção.

Em toda estas «inovações» agrícolas, teve papel determinante a água, já que esta valoriza ou condiciona os terrenos, influenciando seriamente o regime de independência e de vizinhança.

Desde logo, o regime agrícola tipicamente romano, pelas próprias exigências do tipo de produção, não era possível nesta parcela do Noroeste se as propriedades não fossem autónomas em abastecimento de água. Eram propriedades atravessadas por rios e ribeiros de caudal constante, com fontes e nascentes donde jorrava a água, descendo as encostas por linhas de água bem definidas.

Se, na Hispânia mediterrânica, a propriedade foi tratada à semelhança da Itália e estava administrativamente estabilizada com Augusto (Acuña, 1991: 324), a «revolução» no regime de propriedade e de uso do solo na região em estudo ter-se-ia dado só durante o século I, embora deixando muitos dos terrenos ainda segundo o uso anterior.

A Norte do rio Douro, perante as condições geomorfológicas que favorecem vales encaixados e obriga ao uso das encostas para fins agrícolas, torna-se impe-

⁷ Embora a oliveira e a produção de azeite estejam tradicionalmente ligadas à região, a documentação é-lhes parca em referências. Tem interesse para a história contemporânea local a observação da fotografia aérea mais antiga (nº 5022 e 5023, RAF, 1947) que conhecemos da região. No sentido Sudoeste/Nordeste, o plantio de oliveira aparece perfeitamente alinhado nos terrenos do Freixo até à estrada de Tuías. Esse alinhamento é muito intenso nos terrenos que hoje são a zona industrial, bem como do lado Oeste da actual estrada Marco/Régua. Os alinhamentos são visíveis até ao rio de Galinhas e até à zona um pouco a Oeste do terreno da Pedreira. Estes grandes alinhamentos só seriam possíveis se existisse a noção de vasta propriedade e com gestão conjunta. Curiosamente, o espaço urbano de *Tongobriga* é alheio a estes alinhamentos evidenciados nos terrenos envolventes.

rioso fazer a análise das relações entre a cidade romana e o seu espaço rural, na perspectiva da organização e da influência mútua, perante as diversidades de estatuto jurídico-administrativo que a cidade podia assumir.

No território de *Tongobriga* (*Tongobrigensium*), a evolução interrelacionável entre sistema agrícola e mudança de paisagem dar-se-ia predominantemente no final do século I d.C., com a conseqüente alteração profunda das estruturas sociais.

Apesar de poder ter existido anteriormente alguma relação «cidade-campo», com estruturas ténues em *Tongobriga*, a cronologia de construção do seu centro urbano, no último quartel do século I, leva a concluir que só desde então o «peso» da cidade se fez sentir solidificando conseqüentemente as actividades que a tornaram gradualmente numa urbe que assegurava as *funções centrais* de então.

Assim, no século II, já poderíamos ver propriedades agrícolas romanas adaptadas às características geomorfológicas da região a Norte do rio Douro. Observámos que os sítios escolhidos para a instalação de estruturas agrícolas consideradas como possíveis *villae* (Losada, 1987: 87), são geralmente bem seleccionados, rodeados de terras férteis, instalados em lugares saudáveis, abundantes em água, com boas vistas, paisagem agradável.

A estrutura geomorfológica da região ajuda à criação de unidades agrícolas apoiadas num núcleo central, rodeado de terrenos férteis, bem irrigados pelas ribeiras e pela água das encostas (Gorges, 1993: 260). Poderíamos, neste caso, ter a casa de habitação do proprietário no interior do *fundus* onde também estava o conjunto das casas dos que trabalhavam como serviçais.

Podemos identificar alguns exemplos destas estruturas agrícolas envolvendo *Tongobriga*, em Manhuncelos, Magães-Maganis (Fernandes, 1990: 275), Covas, Outeiro, Tuías, no vale do rio de Galinhas, Carvalheira, Cristelo. Na zona marginal do rio Douro apontamos o lugar de Esmoriz em Ancede, Paçal em Santa Cruz do Douro e Gestaô.

Genericamente, nestes casos, podemos ver a organização do território agrícola bem adaptado às características geomorfológicas: as cortinhas e as hortas estavam em terrenos situados junto da casa de habitação; os pomares e outras culturas associadas estariam em terrenos um pouco mais afastados embora com ligação directa à casa; as bouças, em terrenos situados em pontos mais altos e pedregosos; agros/agras, em terras planas e enxutas para cultura cerealífera; linhares, em terrenos situados junto das nascentes de água; prados, nos terrenos situados no fundo dos vales.

Estas unidades agrícolas, com uma área entre 15 e 30 hectares⁸, com autêntico estatuto de *villae*, com *fundi* de pequena ou média dimensão (Gorges, 1979: 98) e

⁸ Calculado simultaneamente com base nos limites naturais de cada uma das unidades geomorfológicas e na equidistância entre os núcleos centrais de cada uma delas e os eventuais colimites de propriedade.

com solos férteis e rentáveis, poderiam também ter necrópole, já que, em alguns casos, ela se situava em terrenos que integravam a propriedade. Pelos elementos recolhidos nas necrópoles, é-nos impossível confirmar a hipótese de identificarmos de modo diferenciado as necrópoles de aldeia e as necrópoles das *villae*. Quando o apontamos de forma diferenciada, fazemo-lo tão só com base na «lógica» que o romano teria no uso do território. Por exemplo, na região da actual freguesia de Alpendurada, Marco de Canaveses, poderia ter existido uma «aldeia», para além das *villae* que aproveitavam as terras férteis, com boa exposição solar e com abundância de água. Devido à riqueza destas terras, estas *villae* não necessitavam de *fundi* extensos, o que se adaptava perfeitamente à morfologia da região.

O campo era, naturalmente, o centro da actividade agrícola e, como tal, o que marcava o ritmo de vida. O tempo que o lavrador gastava para trabalhar o campo era, para ele, o relógio do dia a dia. A unidade agrária (Chouquer e Favory, 1991: 72) mais generalizada era o espaço que podia ser lavrado por uma junta de bois durante um dia de trabalho (Varrão, *Rerum rusticarum*). A jeira, ainda hoje, na região, significa medida e unidade de trabalho agrícola.

Plínio o Velho (HN,18,3,9) chama *Jugerum* «porque pode ser trabalhado num dia de trabalho por uma junta de bois». Há pois uma estreita ligação entre o papel desempenhado pelo arado (Dias, 1948)⁹, a técnica de atrelagem dos bois e a unidade de superfície medida pelo tempo de trabalho necessário à sua lavoura.

Entre os romanos, a unidade agrária generalizada era o *actus*, materializada num quadrado de 120 pés¹⁰ de lado, e o *Jugerum* correspondente a dois *actus*, 240 pés por 120 pés. No Império, estas unidades agrárias foram muito adaptadas às realidades das diferentes regiões (Chouquer e Favory, 1991: 69-73), embora referindo-se a algumas unidades-padrão (Chouquer e Favory, 1992: 80).

Na zona em estudo, esta medida de tempo poderá corresponder à «Vessada» topónimo vulgar na região, associado a espaço de terra fértil e regadia. Este espaço de terra é, também, considerado como suficiente para garantir a sobrevivência da pessoa que o trabalha.

Quando observado no conjunto do território, podemos interpretar «Vessada» como correspondente a terrenos divididos de acordo com medida tipo. O facto de Fortuna ser particularmente honrada por libertos e o seu culto estar comprovado (Encarnação, 1990: 453) em *Tongobriga* poderia levar-nos a fazer a associação entre esses libertos e as «vessadas». Estas parcelas de terras podiam ser atribuídas a libertos, os quais obtinham a sua independência e tinham garantida a subsistência com o produto que elas propiciavam. No entanto, não temos evidências arqueológicas que permitam obter qualquer resposta.

⁹ Arado radial (DIAS, reed. 1982: 129).

¹⁰ Pé com uma medida equivalente a 0,2957 m.

Quem trabalhasse nestas «vessadas» poderia viver num aglomerado de casas, a aldeia, a que corresponderia uma necrópole. Estas aldeias seriam algo de semelhante ao que foi identificado na Gália romana, e designado como «aglomerado rural» (OSSEL, 1992: 19).

A morfologia montanhosa da terra, nesta região, permitia ainda que em sítios mais afastados e até algo isolados, servidos por *viae vicinales*, existissem pequenos lugarejos onde o homem trabalharia a terra próxima que o rodeava, aproveitando as pequenas leiras abundantemente irrigadas por nascentes.

As economias locais e regionais eram também muito marcadas pela riqueza mineira. Apesar de não haver indícios seguros, as minas de estanho que existem na região, especialmente na serra do Marão, deviam ser do conhecimento dos romanos, senão na totalidade pelo menos parcialmente. O metal não era todo trabalhado na Península (Petit, 1974: 157), e a maior parte deveria ser exportado, provavelmente por via fluvial e marítima, o que nos permite, também neste aspecto, ver o rio Douro com particular importância na época.

Apesar de defendermos que o território de *Tongobriga* tinha como limite a serra do Marão, pelo que a actual região de Mesão Frio e Régua já estaria sob jurisdição de outra capital de civitas que desconhecemos, é facto que a demarcação da diocese do Porto, em 569-582, tinha como limite do lado Nascente a foz do Corgo, estendendo-se daqui até ao Marão numa estreita faixa paralela ao rio Douro. Isto leva-nos a pensar que o rio era a via de ligação mais directa e o uso do barco como o meio rápido e privilegiado para ligar o Porto à região que actualmente é a cidade da Régua. Atendendo às dificuldades de deslocação que existiriam entre *Cale/Portucale* e a foz do Corgo através da rede de estradas romanas no século VI, julgamos difícil de entender que, se não fosse o rio Douro, a foz do Corgo pudesse ter então ficado sob jurisdição do Porto.

Apesar da rede de estradas que proporcionava boas relações, a cobertura de grandes distâncias era morosa, especialmente quando feita por carros. A viagem por estrada desde o litoral até *Tongobriga* demoraria um dia e daqui até à foz do Corgo, com passagem pelo *vicus* em Santa Marinha do Zêzere, dificilmente se faria noutro dia, o que obrigava a dois dias de cansativa viagem. Apesar de pouco documentado arqueologicamente, o uso dos barcos de rio poderá ter tido um importante papel na economia da época. Alguns pontos que facilitavam a acostagem, como Várzea do Douro, Porto Manso, Vimieiro e Seara no rio Douro; Portinho no rio Tâmega, eram seguramente *interfaces* de mercadorias e de circulação de pessoas.

A observação aprofundada do território permite-nos afirmar que a partir do século II existia um ordenamento das regiões envolventes do rio Douro e em que ele era como que uma espinha dorsal.

3. BIBLIOGRAFIA REFERIDA

Documentos Medievais Portugueses, edição de Rui AZEVEDO, Lisboa, 1962.

ESTRABÃO, Livro III da GEOGRAFIA, Primeira contribuição para uma nova edição crítica por Francisco José VELOSO e José CARDOSO, *Amphitheatrum-Studium Generale*, Porto, 1965.

4. ESTUDOS

ACUÑA, F. – *Mosaicos Romanos de Hispania Citerior, Conventus Bracarenensis*, Santiago de Compostela, 1974.

ACUÑA, M. – Problemas de la implantación agraria romana y la organización del territorio en la Península Ibérica en el Alto Império, *Espacio, Tiempo Y Forma*, Historia Antigua, 2, 4, Madrid, 1991, p. 319-350.

AGUIAR, M. Vieira – *Descrição Histórica, Corográfica e Folclórica de Marco de Canaveses*, Porto, 1947.

ALARCÃO, J. – *Os Problemas da Origem e da Sobrevivência das Villae Romanas do Norte do País*, Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular, Guimarães, 1980, p. 171-179.

ALARCÃO, J. – *O Domínio Romano em Portugal*, Lisboa, 1988.

ALARCÃO, J. – *Roman Portugal*, 2, Warminster, 1988b.

ALMEIDA, Carlos Alberto F. – *Notas sobre a Alta Idade Média no Noroeste de Portugal*, «Revista da Faculdade de Letras do Porto», 3, Porto, 1972, p. 113-136.

ALMEIDA, Carlos Alberto F. – *Sondagens Arqueológicas em Frende (Baião)*, «Archaeologica Opuscula», 1, Porto, 1975, p. 29-39.

ALMEIDA, Carlos Alberto F. – *Castelologia Medieval de Entre-Douro-e-Minho (desde as origens até 1220)*, Porto, 1978 (policopiado).

ALMEIDA, Carlos Alberto F. – *Arte Castreja, A sua Lição para os Fenómenos de Assimilação e Resistência à Romanidade*, «Arqueologia», 13, Porto, 1986, p. 161-172.

IZARRA, François – *Hommes et Fleuves en Gaule Romaine*, Paris, 1993.

AZEVEDO, A. Antunes – *Viagem à volta do Marco*, «Jornal O Marcoense», nº 354, Marco de Canaveses, 1941, p.2-3.

AZEVEDO, P. A. – *Ponte do Arco, Arados, Aliviada*, «Arqueólogo Português», 2, Lisboa, 1896, p. 191 e p. 258.

AZEVEDO, P. A. – *O Território de Anégia*, «Arqueólogo Português», 4, Lisboa, 1898, p. 199-200.

BALIL, Alberto – *Forum y fora en el noroeste peninsular*, in *Los Foros Romanos de las Provincias Occidentales*, Madrid, 1987, p. 143-146.

BALIL, Alberto – *Bracara Augusta y el Conventus Bracarus, La Romanización de Galicia*, Corunha, 1992, p. 47-53.

BARROCA, M. Jorge – *Notas sobre a ocupação Medieval em Baião*, «Arqueologia», 10, Porto, 1984, p.116-136.

- BLÁZQUEZ, J. M. – *Religiones primitivas de Hispania*, Fuentes literarias y epigráficas, I, Madrid, 1962.
- BRANDÃO, Domingos P. – *Ara dedicada a Júpiter de Carvalho de Rei*, «Douro-Litoral», 9, 4, Porto, 1959, p. 903-913.
- BRANDÃO, Domingos P. – *Novas Estelas Funerárias de Várzea do Douro*, «Revista de Guimarães», 70, 1-2, Guimarães, 1960, p. 185-196.
- BRANDÃO, Domingos P. – *Monumento Sepulcral em forma de ara com inscrição latina de Santa Marinha do Zêzere*, «Revista de Guimarães», 70, 3-4, Guimarães, 1960b, p. 485-490.
- BRANDÃO, Domingos P. – *Ara dedicada a Júpiter de Santa Leocádia de Baião no Museu do Seminário Maior do Porto*, «Humanitas», 11-12, Coimbra, 1960c, p. 76-79.
- BRANDÃO, Domingos P. – *Inscrição Lusitano-Romana inédita de Várzea do Douro (Marco de Canaveses)*, «Revista de Guimarães», 71,1-2, Guimarães, 1961, p. 135-40.
- BRANDÃO, Domingos P. – *As Inscrições luso-romanas dos apontamentos de Frei Bento de Santa Gertrudes*, «Lucerna», 2 (1-2), Porto, 1962, p. 23-51.
- BROWN, Peter – *El Mundo en La Antigüedad Tardia*, Londres, Madrid, (1ª ed. 1971), 1989.
- CAPELA, M. – *Miliários do Conventus Bracaraugustanus em Portugal*, Porto, 1895, p. 247.
- CARDOZO, Mário – *Catálogo do Museu Martins Sarmiento*, Guimarães, 1962, p. 148-149.
- CARDOZO, Mário – *Catálogo do Museu Martins Sarmiento, Secção de Epigrafia Latina e Escultura Antiga*, Guimarães, 1972.
- CENTENO, Rui – *Circulação Monetária no Noroeste da Hispânia até 192*, Porto, 1987, p. 154.
- CHOUQUER, Gérard; FAVORY, François – *Les Paysages de L'Antiquité*, Paris, 1991.
- CHOUQUER, Gérard; FAVORY, François – *Les Arpenteurs Romains, Théorie et Pratique*, Paris, 1992, p. 80.
- COLMENERO, A. Rodriguez – *La Red Viaria del Sudeste de Galicia*, «Anexo de Hispania Antiqua», Valladolid, 1976, p.31-43.
- CORTEZ, Fernando Russell – *As escavações arqueológicas do castellum da Fonte do Milho. Contributo para a demogenia duriense*, «Anais do Instituto do Vinho do Porto», 12 (1), Porto, 1951, p. 17-88.
- COSTA, P. António Carvalho – *Corografia Portuguesa*, I, Lisboa, 1706, p. 397.
- CRUZ, António – *Notícia da Necrópole de São Tiago de Arados, século XVIII*, «Trabalhos de Antropologia e Etnografia», 11, Porto, 1948, p. 329-349.
- CRUZ, Júlio G. S. – *La Intervencion Antonina en la red viaria de la Meseta Superior en el Siglo II d.C.*, «Hispania Antiqua», 16, Valladolid, 1992, p. 189-200.
- DIAS, Jorge – *Os Arados Portugueses e as suas prováveis origens*, Lisboa, 1948.
- DIAS, Lino Tavares – *Área Arqueológica do Freixo (Escavações1980)*, Marco de Canaveses, 1980.
- DIAS, Lino Tavares – *Estação Arqueológica Romana de Paleagas – Freixo*, «Arqueologia», 2, Porto, 1980 (b), p. 274-276.
- DIAS, Lino Tavares – *Estação Arqueológica de Freixo – Marco de Canaveses*, «Arqueologia», 9, Porto, 1984, p. 86-90.
- DIAS, Lino Tavares – *Área Arqueológica de Freixo*, «Informação Arqueológica», 4, Lisboa, 1984 (b), p. 77-85.

- DIAS, Lino Tavares – *Área Arqueológica de Freixo*, «Informação Arqueológica», 5, Lisboa, 1985, p. 106-107.
- DIAS, Lino Tavares – *Área Arqueológica de Freixo*, Guia de visita/Edifício termal romano, Marco de Canaveses, 1986.
- DIAS, Lino Tavares – *Área Arqueológica de Freixo como espaço colectivo. Uma cidade romana*, Actas do 1º Congresso de História Antigua, 3, Santiago de Compostela, 1988, p. 27-30.
- DIAS, Lino Tavares – *Tongobriga, Os Caminhos Romanos que ali Chegavam*, «Arqueologia», 19, Porto, 1989, p. 143-146.
- DIAS, Lino Tavares – *Necrópoles no Territorium de Tongobriga, Conimbriga*, Coimbra, 1994, p. 107-136.
- DIAS, Lino Tavares – *Cerâmica Comum em Tongobriga*, 1º Congresso de Arqueologia Peninsular, Actas VI, «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», 35 (2), Porto, 1995, p. 325-340.
- DIAS, Lino Tavares – *Tongobriga*, Dissertação de Doutoramento, ed. prov. policopiada, Porto, 1995 (b).
- DIAS, Lino Tavares – *Cerâmica Comum em Tongobriga – Descrição e Taxonomia*, Complemento à dissertação de Doutoramento, ed. prov. policopiada, Porto, 1995 (c).
- DOMERGUE, Claude – *Rapports Entre la Zone Minière de la Sierra Morena et la Plaine Agricole du Guadalquivir à L'Époque Romaine, Notes et Hypothèse, Structures Agraires Antiques dans la Région de Séville, Essai de Problématique*, «Mélanges Casa Velasques», 8, Paris, 1972.
- DUPRÉ, Nicole – *Vigne et vin dans la région de l'Èbre antique*, Actes du Colloque Archéologie de la Vigne et du Vin, Paris, 1988, p.123-141.
- ENCARNAÇÃO, José d' – *Lápides a divindades indígenas no Museu de Guimarães*, «Revista de Guimarães», 80 (3-4), Guimarães, 1970, p. 207-238.
- ENCARNAÇÃO, José d' – *Divindades indígenas sob o domínio romano em Portugal*, Lisboa, 1975.
- ENCARNAÇÃO, José d' – *Pinho Brandão, Epigrafista*, «Lucerna», Homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão, Porto, 1984, p. 203-211.
- ENCARNAÇÃO, José d' – *O Domínio Romano: A religião*, in *Nova História de Portugal*, 1, Lisboa, 1990, p. 442-461.
- FERNANDES, A. Almeida – *Paróquias Suevas e Dioceses Visigóticas*, Separata do Arquivo do Alto Minho, 14, 15, 16, Viana do Castelo, 1968.
- FERNANDES, A. Almeida – *A Toponímia da Beira-Alta no Dicionário Onomástico Etnológico de José Pedro Machado*, «Beira Alta», 48, 1, 2, Viseu, 1989, p. 109-142.
- FERNANDES, A. Almeida – *Oposição toponímica à doutrina do despovoamento do Norte de Portugal nos séculos VIII – X*, Actas IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga, 1, Braga, 1990, p. 225-282.
- FIGUEIRA, Joaquim Fernandes – *O Marco da Carreirinha (Baião)*, Pedro Vitorino in *Memórias*, Porto, 1945, p. 183-185.
- FILGUEIRAS, Octávio Lixa – *Da Navegação do Douro*, Actas do I Congresso de Arqueologia Portuguesa, Porto, 1962, p. 193-212.

- FILGUEIRAS, Octávio Lixa – *Remanescentes de Formas de Navegar Pré-Romanas em Uso no Noroeste Peninsular*, Actas do III Congresso Nacional de Arqueologia, Porto, 1974, p. 223-247.
- FORTES, José – *Notícias Epigráficas*, «Portugália», 2, Porto, 1907, p. 289-290.
- FRIAS, Manuel S. – *El Poblamiento rural antiguo de la provincia de Salamanca: modelos e implicaciones históricas*, «Studia Historica/Historia Antigua», 10-11, Salamanca, 1993, p. 177-188.
- GARCIA, José Manuel – *Religiões Antigas de Portugal*, Lisboa, 1991.
- GORGES, Jean-Gérard – *Les Villas Hispano-Romains, Inventaire et Problématique Archéologiques*, Paris, 1979.
- GORGES, Jean-Gérard – *Villes et Villas de Lusitanie (Interactions – Échanges – Autonomie)*, in *Les Villes de Lusitanie Romaine*, Paris, 1990, p. 91-113.
- GORGES, Jean-Gérard – *La Place de l'eau dans les Villas Luso-romaines: de l'hydrauliques domestiques à l'hydrauliques rurale*, «Studia-Historica/Historia Antigua», 10-11, Salamanca, 1993, p. 253-272.
- GUIMARÃES, Oliveira – *Catálogo do Museu Archeológico (da Sociedade Martins Sarmiento)*, «Revista de Guimarães», 18 (1-2), Jan-Abr. 1901, p. 38-72.
- HERVAS, J. M. Roldán – *Iter ab Emerita Asturicam*, Salamanca, 1971, p. 22.
- HIPÓLITO, Mário de Castro – *Tesouros de Moedas Romanas em Portugal*, «Conimbriga», 2-3, Coimbra, 1961, p. 1-166.
- IZARRA, François – *Hommes et Fleuves en Gaule Romaine*, Paris, 1993.
- LANHAS, Fernando; BRANDÃO, Domingos P. – *Inventário de Locais com Interesse Arqueológico*, «Revista de Etnologia», 8, 12-13 e 15, Porto, 1967.
- LE ROUX, P.; TRANOY, A. – *Villes et Fonctions Urbaines dans le Nord-Oueste Hispaniques Sous Domination Romaine*, «Portugália», 4-5, Porto, 1984, p. 199-201.
- LOSADA, Fermin Pérez – *Sobre o Concepto de Villa no Mundo Romano*, «Cadernos de Arqueologia», 2, 4, Braga, 1987, p. 79-110.
- MACHADO, Luís – *Aquisições do Museu Etnológico Português*, «O Arqueólogo Português», 24, Lisboa, 1920, p. 241-270.
- MANGAS, Julio – *Hispania Romana*, in *História de España*, I, Barcelona, 1983, p. 197-446.
- MANTAS, Vasco G. – *Teledetecção e Urbanismo romano: o caso de Beja*, «Geociências, Revista da Universidade de Aveiro», 5, 1, Aveiro, 1990, p. 75-88.
- MARIVAL, Philippe; RUAS, Marie Pierre – *L'Alimentation Végétale et L'Agriculture D'Après les semences Archéologiques, Pour une Archéologie Agraire*, Paris, 1991, p. 427.
- MATTOSO, José – *L'Abbaye de Pendorada des Origines a 1160*, «Revista Portuguesa de História», 7, Coimbra, 1962, p. 3.
- MERÊA, Paulo; GIRÃO, Amorim – *Territórios Portugueses no século XI*, «Revista Portuguesa de História», 2, Coimbra, 1943, p. 255-263.
- MONTEIRO, António – *Dois Marcos Miliários*, Porto, 1945, p. 179-181.
- MONTEIRO, António – *As Pontes de Canaveses*, «Douro Litoral», 2, Porto, 1948, p. 50-64.
- MOREIRA, Domingos A. – *Freguesias da Diocese do Porto. Elementos onomásticos altimedievais*, «Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto», 1-2, Porto, 1973.
- MOREIRA, Domingos A. – *Freguesias da Diocese do Porto. Elementos onomásticos alti-*

- medievais. II Parte – Inventariação onomástica (fascículo B – F)*, «Boletim Cultural da Câmara do Porto», 2, Porto, 1984.
- MOREIRA, Domingos A. – *Freguesias da Diocese do Porto. Elementos onomásticos altimedievais. II Parte – Inventariação onomástica (fascículo G – O)*, «Boletim Cultural da Câmara do Porto», 3/4, Porto, 1986.
- OSSEL, Paul van – *Établissements Ruraux de L'Antiquité Tardin dans le Nord de la Gaule*, «Gallia», 51 (Supplément), Paris, 1992.
- PARGA, Luís Vazquez – *La Division de Wamba*, Madrid, 1943.
- PETIT, Paul – *Le Haut Empire – 27 a.c. a 161 d. c.*, Paris, 1974.
- PONTE, Sallete – *Fíbulas de Sítios a Norte do Rio Douro*, «Lucerna», Porto, 1984, p. 111-144.
- RIBEIRO, Orlando; LAUTENSACH, Hermann; DAVEAU, Suzanne – *Geografia de Portugal*, 1, Lisboa, 1987.
- RIBEIRO, Orlando – *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, Lisboa, 1986.
- RIBEIRO, Orlando – *As Regiões Geográficas*, in *Geografia de Portugal*, 4, Lisboa, 1991, p. 1241-1265.
- SAMPAIO, Alberto – *As Vilas do Norte de Portugal*, «Estudos Históricos e Económicos», 1, Porto, 1923.
- SARMENTO, Martins – *Inscrições Inéditas*, «Revista de Guimarães», 4, Guimarães, 1887.
- SARMENTO, Martins – *Para o Pantheon Lusitano*, «Revista Lusitania», 1, Porto, 1887-1889, p. 236-238.
- SARMENTO, Martins – «Revista de Guimarães», 5, Guimarães, 1888.
- SARMENTO, Martins – *Achado de peças arqueológicas em Baião*, «O Arqueólogo Português», 6, Lisboa, 1901, p. 177-178.
- SARMENTO, Martins – *Dispersos*, Coimbra, 1933, p. 310-312.
- SEVERO, Ricardo – *Necrópoles Lusitano-Romanas de Inumação de Bairral e de Vila Verde*, «Portugália», 2, 3, Porto, 1907, p. 417-431.
- SILVA, Armando Coelho F. – *Novos Dados Sobre a Organização Social Castreja*, «Portugália», 2-3, Porto, 1982, p. 93-94.
- SILVA, Armando Coelho F. – *Aspectos da Proto-História e da Romanização no Concelho de Vila Nova de Gaia e Problemática do seu Povoamento*, «Gaya», 2, V. N. Gaia, 1984, p. 39-58.
- SILVA, Armando Coelho F. – *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*, Paços de Ferreira, 1986.
- SILVA, João Belmiro P. – *Marco de Canaveses – Os Castros*, Marco de Canaveses, 1992.
- SOARES, Rosa M.; DIAS, Lino T. – *Área Arqueológica de Freixo – Contributo Documental 1758 – 1984*, Porto, 1985.
- SOEIRO, Teresa – *Apontamentos Sobre a Ocupação Entre Sousa e Tâmega em Época Romana*, «Boletim Municipal de Cultura», 1, Penafiel, 1984, p. 5-323.
- SOUSA, J. J. Rigaud – *Novas Observações Sobre a Necrópole do Bairral*, «Revista de Etnografia», Julho, 9, 1, Porto, 1967, p. 181-196.
- SOUZA, Vasco de – *Corpus Signorum Imperii Romani – Portugal*, Coimbra, 1990.
- TOVAR, António – *Iberische Landeskunde*, 3, Baden – Baden, 1989.

- TRANOY, Alain – *La Galice Romaine, Recherches sur le Nord-Ouest de la Péninsule Ibérique dans L'Antiquité*, Paris, 1981, p. 393-394.
- TRANOY, Alain – *Ateliers lapidaires et niveaux de culture dans le nord du Portugal*, «Gallaecia», 7-8, Santiago de Compostela, 1984, p. 269-274.
- UNION ACADÉMICA INTERNACIONAL – *TABVLA IMPERII ROMANI, K – 29: Porto – Conimbriga – Bracara – Lucus – Asturica*, Madrid, 1991.
- VASCONCELOS, João – *Materiais para o Inventário Arqueológico do Concelho de Baião*, «Portugália», 2, Porto, 1908, p. 669-673.
- VASCONCELOS, José Leite – *Analecta Archeológica – 3, Santa Marinha do Zêzere*, «Revista Arqueológica», Lisboa, 1889, p. 177-179.
- VASCONCELOS, José Leite – *Colecção etnográfica do Sr. M. d'Azuaga*, «O Arqueólogo Português», 1, 1, Lisboa, 1895, p. 20-28.
- VASCONCELOS, José Leite – *Manuel Negrão*, «O Arqueólogo Português», 1, 2, Lisboa, 1895, p. 233-35.
- VASCONCELOS, José Leite – *Religiões da Lusitânia, 1 – 2 – 3*, Lisboa, 1897 – 1905 – 1913 (reed. 1981).
- VASCONCELOS, José Leite – *Cartas de Francisco Martins Sarmento*, «O Arqueólogo Português», 6, Lisboa, 1901, p. 172-194.
- VASCONCELOS, José Leite – *Notícias Várias – Balneário Romano de Canaveses*, «O Arqueólogo Português», 7, Lisboa, 1902, p. 284.
- VASCONCELOS, Manuel – *Apontamentos Arqueológicos do Concelho de Marco de Canaveses*, «O Arqueólogo Português», 19, Lisboa, 1914, p. 12-31.
- VASCONCELOS, Manuel – *Apontamentos Arqueológicos do Concelho de Marco de Canaveses*, «O Arqueólogo Português», 21, Lisboa, 1916, p. 319-325.
- VASCONCELOS, Manuel – *A Vila de Canaveses*, Lisboa, 1935, p. 3.
- VIEIRA, José Augusto – *O Minho Pitoresco*, 2, Lisboa, 1887, p. 500.
- VIVES, José – *Inscriptiones Latinas de la España Romana*, Barcelona, 1972.
- WHITTAKER, C. R. – *The consumer city revisited: the vicus and the city*, «Journal of Roman Archaeology», 3, Michigan, 1990, p. 110-117.
- WOOLF, Greg – *World-systems analysis and the Roman Empire*, «Journal of Roman Archaeology», 3, Michigan, 1990, p. 44-58.